

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Sul S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	12
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	18
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	21
6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	22
7. IMOBILIZADO	23
8. INTANGÍVEL	25
9. PROVISÕES.....	27
10. FORNECEDORES	28
11. ENCARGOS REGULATÓRIOS	28
12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	29
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	30
14. RECEITA LÍQUIDA	32
15. CUSTOS E DESPESAS	33
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	34
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	35
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	40
20. ALIENAÇÃO DE ATIVOS.....	44
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	47
PARECER DO CONSELHO FISCAL	50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhor Acionista,

A Cemig Geração Sul S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sa. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO SUL

A Companhia é uma sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$148.147 mil, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluenta (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300 R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 8,00% (7,91% em 2025).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade das usinas, a Companhia, realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$2.314 mil, destacando desse montante os seguintes investimentos:

Usina	Investimentos
Paciência	Obras civis barragem, vertedouro, tomada d'água;
Marmelos	Reforma unidade 05; e

DESEMPENHO ECONÔMICO

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$45.721 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$48.609 mil em 2024, uma redução de 5,94% representado, principalmente, pelo aumento nos custos de operação.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Apresentamos, abaixo, o cálculo do LAJIDA referente aos exercícios de 2025 e 2024. Destacamos que a margem do Lajida foi de 63,69% em 2025 e 73,66% em 2024.

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado Líquido	45.721	48.609	(5,94)
Despesa de IR e CS	4.781	3.237	47,70
Depreciação/Amortização	1.554	636	144,34
Resultado Financeiro	(7.096)	(2.899)	144,77
LAJIDA	44.960	49.583	(9,32)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita Operacional

A Cemig Geração Sul S.A. é concessionária de geração de energia elétrica nas PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 - ME - PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Cemig Geração Sul S.A. tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2025 foi de R\$42.529, em comparação a R\$38.618 mil em 2024.

A Cemig Geração Sul S.A. tem direito a uma Receita Anual de Geração - RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina

hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$33.823 mil em 2025 (R\$33.472 mil em 2024), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$27.187 mil em 2025 (R\$18.363 mil em 2024). Os custos com energia elétrica totalizaram R\$6.922 em 2025 (R\$5.910 mil em 2024). Os custos de operação totalizaram R\$12.815 mil em 2025 (R\$10.113 mil em 2024). Essa variação se deve principalmente ao aumento com custos com serviços de terceiros. Mais detalhes vide nota explicativa nº 15 destas Demonstrações Financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$4.781 mil, em relação ao resultado de R\$50.502 mil antes dos efeitos fiscais, representando 9,47% de alíquota efetiva. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$3.237 mil, em relação ao resultado de R\$51.846 mil antes dos efeitos fiscais, representando 6,24% de alíquota efetiva.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$45.721 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.286 mil para constituição de reserva legal;
- R\$21.718 mil para pagamento de dividendos obrigatórios, sendo que o montante de R\$20.000 mil já foi pago como dividendo intercalar em 2025, e R\$1.718 mil deverá ser pago até 31 de dezembro de 2026; e
- R\$21.717 mil para pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;

- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos

Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Sul é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.308	4.810
Títulos e valores mobiliários	4	671	10.634
Consumidores e revendedores	5	6.440	7.940
Ativo financeiro da concessão	6	23.882	22.417
Tributos compensáveis		57	82
Fundos vinculados		177	873
Outros ativos		16	33
		36.551	46.789
Ativos classificados como mantidos para venda	20	-	28.558
TOTAL DO CIRCULANTE		36.551	75.347
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	4.011
Tributos compensáveis		741	601
Ativo financeiro da concessão	6	168.665	163.967
Imobilizado	7	49.783	48.875
Intangível	8	1.724	1.784
Direito de uso		189	262
Outros ativos		159	115
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		221.261	219.615
ATIVO TOTAL		257.812	294.962

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	5.602	2.973
Encargos regulatórios	11	490	316
Impostos, taxas e contribuições	12	1.699	1.468
Imposto de renda e contribuição social a pagar	17	1.267	667
Dividendos a pagar	13	1.718	23.089
Convênio de compartilhamento	18	595	509
Passivo de arrendamento		100	94
Outras obrigações		15	2
TOTAL DO CIRCULANTE		11.486	29.118
NÃO CIRCULANTE			
Encargos regulatórios	11	279	1.132
Impostos, taxas e contribuições	12	2.186	1.816
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.870	1.641
Passivo de arrendamento		115	193
Outras Obrigações		39	3
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.489	4.785
TOTAL DO PASSIVO		15.975	33.903
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		148.147	148.147
Reserva de lucros		93.690	112.912
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		241.837	261.059
PASSIVO TOTAL		257.812	294.962

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	14	70.593	67.310
CUSTOS	15		
Custos com energia elétrica		(6.922)	(5.910)
Custos de operação		(12.815)	(10.113)
		(19.737)	(16.023)
LUCRO BRUTO		50.856	51.287
DESPESAS	15		
Despesas gerais e administrativas		(1.807)	(2.208)
Outras despesas		(5.643)	(132)
		(7.450)	(2.340)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		43.406	48.947
Receitas financeiras	16	7.267	3.036
Despesas financeiras	16	(171)	(137)
		7.096	2.899
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		50.502	51.846
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(4.721)	(3.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(60)	(233)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		45.721	48.609
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,31	0,33

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	45.721	48.609
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	45.721	48.609

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	148.147	14.432	72.960	-	235.539
Resultado do exercício	-	-	-	48.609	48.609
Destinação do lucro proposta à AGO					
Reserva legal	-	2.430	-	(2.430)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(23.090)	(23.090)
Retenção de lucros	-	-	23.089	(23.089)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	148.147	16.862	96.049	-	261.058
Resultado do exercício	-	-	-	45.721	45.721
Pagamento de dividendos obrigatórios não distribuídos em exercícios anteriores	-	-	(43.224)	-	(43.224)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Reserva legal	-	2.286	-	(2.286)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	(20.000)	(20.000)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.718)	(1.718)
Dividendos adicionais propostos	-	-	21.717	(21.717)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	148.147	19.148	74.542	-	241.837

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	45.721	48.609
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 17)	4.781	3.237
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(33.823)	(33.472)
Depreciação (Nota 15)	1.468	553
Amortização direito de uso	86	83
Juros passivos de arrendamento (Nota 16)	18	24
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	(3)	(19)
Variações monetárias	-	(23)
Perdas na alienação de ativo mantido para venda	5.643	-
Juros e variações monetárias	(6.205)	(2.408)
	17.686	16.584
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	1.500	(2.439)
Ativo financeiro da concessão (Nota 6)	26.910	25.910
Tributos compensáveis	(1.468)	(629)
Outros ativos	(261)	111
	26.681	22.953
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 10)	2.629	(4.651)
Impostos, taxas e contribuições	601	165
Encargos regulatórios (Nota 11)	(679)	392
Convênio de compartilhamento (Nota 18)	86	(69)
Outras obrigações	49	149
	2.686	(4.014)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	47.053	35.523
Imposto renda e contribuição social pagos	(2.599)	(2.257)
Juros recebidos (Nota 4)	6.202	2.070
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	50.656	35.336
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(51.146)	(50.801)
Resgate de Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	65.123	47.962
Fundos vinculados	696	(867)
Imobilizado (Nota 7)	(2.314)	(3.293)
Alienação de ativos (Nota 20)	23.899	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	36.258	(6.999)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos (Nota 13)	(86.313)	(28.830)
Arrendamentos pagos	(103)	(77)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(86.416)	(28.907)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	498	(570)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.810	5.380
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	5.308	4.810
	498	570

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Sul S.A (“Companhia”), sociedade anônima, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.841/2016, formalizando a transferência da concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau da Cemig GT para a Cemig Geração Sul S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 12/2016 – MME e Contrato de Concessão nº 13/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016, data em que iniciou suas atividades operacionais.

Em 30 de setembro de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa Nº 16.490, transferindo a titularidade da concessão da UHE Marmelos para a Âmbor Energia. Mais detalhes da venda na nota explicativa nº 20.

A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau) possui 35,28 MW de potência instalada e 24,68 MW médios de garantia física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2024. Os 30% restantes da Garantia Física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

A Cemig Geração e Transmissão S.A, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 11 de junho de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelo seu valor justo e pelo seu valor justo menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 e 14 – Consumidores e revendedores e Receita (fornecimento não faturado de energia elétrica).

- Nota 7 - Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 - Intangível (previsão de vida útil dos ativos, valor justo do direito de extensão da outorga em virtude da repactuação do GSF – *Generation Scaling Factor*);
- Nota 9 – Provisões (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos);
- Nota 14 - Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.7 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026

Norma e principais alterações

Início da vigência

Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.

01/01/2027

A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.

01/01/2027

A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.

2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias				377	66
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	95 a 100	-	4.868	-
Overnight	Pré-fixada	14,60 a 14,90	11,91 a 12,15	63	4.744
TOTAL				5.308	4.810

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e (ii) as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Aplicações Financeiras					
Circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	104,2 a 112,0	586	8.327
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Selic	12,41% a 12,45%	12,41 a 12,45	77	2.158
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	TR + 1 a 122,90 CDI	8	149
				671	10.634
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,2% a 112,0%	104,2 a 112,0	-	4.011
				-	4.011
TOTAL				671	14.645

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Saldos Vencidos	Total	
	Faturado	Não Faturado	Até 90 dias	2025	2024
Fornecimento industrial	-	590	1.463	2.053	2.245
Suprimento a outras concessionárias	-	4.387	-	4.387	4.585
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	-	1.110
Total	-	4.977	1.463	6.440	7.940

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda significativa. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

Política contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas as PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, cuja concessão pertencia à própria Cemig GT.

Em junho de 2016, a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau para a Cemig Geração Sul - S.A., Sociedades de Propósitos Específicos - SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelo prazo de 30 anos. Para os exercícios de 2025 e 2024, a energia foi comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Adicionalmente, em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 4 PCHs/UHEs, sendo uma 1 PCH da Cemig GT e 3 de suas subsidiárias integrais, dentre as quais está a UHE Marmelos da Cemig Geração Sul – S.A.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	186.384	200.643
Recebimentos	(26.910)	(25.910)
Atualização financeira da Bonificação pela Outorga	33.823	33.472
Ativo mantido para venda	(750)	(21.821)
Saldo final	192.547	186.384
Circulante	23.882	22.417
Não Circulante	168.665	163.967

Política contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		46.659	(2.631)	44.028	19.349	(1.225)	18.124
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,68	481	(48)	433	322	(28)	294
Reservatórios, barragens e adutoras	3,91	34.449	(1.027)	33.422	10.082	(143)	9.939
Máquinas e equipamentos	4,09	11.729	(1.556)	10.173	8.945	(1.054)	7.891
Em curso		5.755	-	5.755	30.751	-	30.751
Total	3,96	52.414	(2.631)	49.783	50.100	(1.225)	48.875

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C) – (D)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	19.349	-	27.310	27.310	46.659	(2.631)	44.028	18.124
Obras civis, benfeitorias e edificações	322	-	159	159	481	(48)	433	294
Reservatórios, barragens e adutoras	10.082	-	24.367	24.367	34.449	(1.027)	33.422	9.939
Máquinas e equipamentos	8.945	-	2.784	2.784	11.729	(1.556)	10.173	7.891
Em curso	30.751	2.314	(27.310)	(24.996)	5.755	-	5.755	30.751
Reservatórios, barragens e adutoras	3.508	392	-	392	3.900	-	3.900	3.508
Obras civis, benfeitorias e edificações	423	160	-	160	583	-	583	423

Máquinas e equipamentos	6.057	1.122	(3.530)	(2.408)	3.649	-	3.649	6.057
Reformas de Máquinas e equipamentos	20.763	640	(23.780)	(23.140)	-	-	1.662	20.763
Total	50.100	2.314	-	2.314	52.414	(2.631)	49.783	48.875

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (B)	Classificação como mantido p/ venda (C)	Adições líquidas = (A) – (B) – (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	13.198	-	10.061	(3.910)	6.151	19.349	(1.225)	18.124
Obras civis, benfeitorias e edificações	438	-	38	(154)	(116)	322	(28)	294
Reservatórios, barragens e adutoras	3.336	-	9.593	(2.847)	6.746	10.082	(143)	9.939
Máquinas e equipamentos	9.424	-	430	(909)	(479)	8.945	(1.054)	7.891
Em curso	40.595	3.293	(10.061)	(3.076)	(9.844)	30.751	-	30.751
Total	53.793	3.293	-	(6.986)	(3.693)	50.100	(1.225)	48.875

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, limitadas ao período da concessão, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2025, a taxa média de depreciação anual foi de 3,96% (3,90% em 2024).

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações, ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil

econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização %	2025			2024		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		1.880	(276)	1.604	1.880	(216)	1.664
Ativos da concessão - GSF	3,14	1.869	(265)	1.604	1.869	(206)	1.663
Softwares	20,00	11	(11)	-	11	(10)	1
Em curso		120	-	120	120	-	120
Total		2.000	(276)	1.724	2.000	(216)	1.784

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2024	Valor Bruto em 31/12/2025	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025
Em Serviço	1.880	1.880	(276)	1.604
Ativos da concessão - GSF	1.869	1.869	(265)	1.604
Softwares	11	11	(11)	-
Em curso	120	120	-	120
Total (1)	2.000	2.000	(276)	1.724

(1) Não houve adições e baixas em 2025.

	Valor Bruto em 31/12/2023	Classificação como mantido p/ venda	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço	2.118	(238)	1.880	(216)	1.664
Ativos da concessão - GSF	2.107	(238)	1.869	(206)	1.663
Softwares	11	-	11	(10)	1
Em curso	120	-	120		120
Total	2.238	(238)	2.000	(216)	1.784

A amortização do ativo da concessão - GSF é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível - Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão fim da concessão
Cemig Geração Sul	2.107			
Coronel Domiciano	36	03/07/2046	282	11/04/2047
Joasal	450	05/01/2046	2555	03/01/2053
Paciência	205	05/01/2046	2555	03/01/2053
Piau	1.177	05/01/2046	2555	03/01/2053

Política contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes direito de extensão da outorga descrito no tópico abaixo. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas operacionais”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações de natureza ambiental, no montante de R\$20 (R\$18 em 31 de dezembro de 2024) e de natureza tributária, no montante de R\$19 (R\$19 em 31 de dezembro de 2024), ambas com expectativa de perda considerada possível. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

As estimativas são realizadas de forma individualizada ou agrupada em casos repetitivos. Em todos os casos, os critérios para classificação de risco envolvem: (i) a adequação do fato ao dispositivo legal pertinente e aos precedentes, ou julgados, de casos semelhantes, se houver, e (ii) a análise das provas e evidências existentes, podendo variar de acordo com a natureza das matérias discutidas nos processos judiciais.

A Companhia revisa a classificação da probabilidade de perda e/ou os valores de um processo administrativo ou judicial de forma periódica e em situações específicas, como: (i) mudança na norma jurídica, (ii) novas evidências ou fatos, (iii) mudança nos precedentes jurídicos, (iv) auditoria contábil, (v) decisão judicial, (vi) instrução processual, (vii) mudança de composição de turma julgadora e (viii) alteração do patrono da causa.

10. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento de energia	280	-
Encargos de uso da rede	-	535
Materiais e serviços	5.322	2.438
TOTAL	5.602	2.973
Circulante	5.602	2.973

Os materiais e serviços apresentados compreendem, principalmente, mão de obra e materiais para manutenção e conservação das PCHs, ocorrendo redução no exercício de 2024 em razão da finalização de obras nas PCHs.

11. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
Passivo		
Taxa de Fiscalização da ANEEL	17	17
Pesquisa Expansão Sistema Energético	20	20
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos	182	216
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	40	41
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ^(a)	498	1.142
CDE sobre P&D	12	12

	769	1.448
Circulante	490	316
Não Circulante	279	1.132

a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

	FNDCT	MME	P&D	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	36	18	877	931
Adições	200	100	165	(465)
Recolhimentos	(195)	(98)	-	293
Investimentos	-	-	(1)	1
Atualização financeira	-	-	101	101
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41	20	1.142	1.203
Adições	255	128	179	562
Recolhimentos	(256)	(128)	-	(384)
Investimentos	-	-	(961)	(961)
Atualização financeira	-	-	138	138
Saldo em 31 de dezembro de 2025	40	20	498	558

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	159	133
COFINS	160	157
PASEP	35	34
INSS	676	559
ISSQN	640	565
Outros	29	20
	1.699	1.468
Não circulante		
COFINS	1.797	1.492
PASEP	389	324
	2.186	1.816
TOTAL	3.885	3.284

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$148.147, subscrito e integralizado, dividido em 148.146.505 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

<u>Reservas de lucros</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva legal	19.148	16.862
Reserva de retenção de lucros	74.542	96.049
	93.690	112.911

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.286 de reserva legal em 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.430 em 2024).

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	45.721	48.609
Reserva Legal (5%)	(2.286)	(2.430)
	43.435	46.179
Dividendos obrigatórios (50%)	21.718	23.089
Retenção de lucros	-	23.090
Dividendos Propostos		
Dividendos obrigatórios	1.718	23.089
Dividendos intermediários	20.000	-
Dividendos adicionais	21.717	-
Total dos Dividendos	43.435	23.089

d) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.089
Proposta de dividendos obrigatórios	1.718
Constituição de Dividendos intermediários	20.000
Pagamento de dividendos obrigatórios não distribuídos em exercícios anteriores	43.224
Pagamentos de dividendos	(86.313)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.718

e) Destinação do Resultado - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$45.721, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.286 para constituição de reserva legal;
- R\$20.000 pagos como dividendos intermediários,
- R\$1.718 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$21.717 para pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

14. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	7.977	7.349
Fornecimento não Faturado Industrial	666	385
Transações com Energia na CCEE	4.763	3.616
Suprimento Cotas - Geração Própria	56.703	53.265
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(670)	(106)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	19
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(26.910)	(25.910)
Fornecimento bruto de energia	42.529	38.618
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	33.823	33.472
Outras receitas operacionais	-	776
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(5.759)	(5.556)
Receita líquida	70.593	67.310

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

b) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos sobre a receita		
ICMS	1.557	1.446
COFINS	2.244	2.142
PIS-PASEP	486	464
	4.287	4.052
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	179	165
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	255	236
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	128	118
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	220	202
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	614	712
CDE sobre P&D	76	71
	1.472	1.504
Total	5.759	5.556

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Transações com energia na CCEE

Os resultados das operações na CCEE são apurados mensalmente de acordo com o resultado das liquidações das operações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

15. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia de curto prazo	581	(50)
Encargos de distribuição (1)	6.341	5.960
Total	6.922	5.910

(1) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

b) Custos e despesas

	Custos de Operação		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas operacionais ⁽¹⁾		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	859	1.070	859	1.070
Depreciação e amortização	1.554	636	-	-	1.554	636
Materiais	535	647	-	3	535	650
Serviços de terceiros ^(c)	10.726	8.810	790	1.138	11.516	9.948
Resultado na alienação de bens (Nota 20)	-	-	5.643	-	5.643	-
Outros	-	20	158	129	158	149
TOTAL	12.815	10.113	7.450	2.340	20.265	12.453

⁽¹⁾ As despesas se referem, em sua maioria, ao reembolso de gastos decorrentes do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos celebrado pela Companhia e demais empresas do Grupo. Maiores informações verem nota explicativa nº 18 destas demonstrações financeiras.

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Manutenção, conservação e instalação	8.696	7.552
Conservação e limpeza de prédios	639	560
Meio ambiente	1.321	1.237
Tecnologia da informação	280	237
Auditoria externa	38	36
Vigilância	92	100
Energia elétrica	231	150
Outros	219	76
TOTAL⁽¹⁾	11.516	9.948

(1) Os serviços de terceiros abrangem, principalmente, os serviços de engenharia, operação e manutenção prestados no âmbito do Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos vinculados aos processos de Engenharia, firmado entre a controladora CEMIG GT e suas subsidiárias integrais, vide nota explicativa nº18.

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	6.227	2.517
Acréscimos moratórios de contas de energia	356	57
Variações monetárias	616	23
Outras	68	439
	7.267	3.036
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(18)	(24)
Outras Variações monetárias	(138)	(102)
Outras	(15)	(11)
	(171)	(137)
RESULTADO FINANCEIRO	7.096	2.899

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de créditos tributários. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

17.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de renda	570	408
Contribuição social	697	259
TOTAL	1.267	667

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não circulante		
Imposto de renda	1.237	1.079
Contribuição social	633	562
TOTAL	1.870	1.641

c) Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	69.684	69.684
ICMS ST	(119)	(119)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	5.565	8.348
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	6.649	6.649
Outras Receitas Financeiras	1.005	1.005
Base de Cálculo Lucro Presumido	13.219	16.002
Alíquota	15%	9%

Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.983	1.440
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	1.298	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	3.281	1.440
Rendas de aplicações	(6.227)	(6.227)
Rendas de aplicações resgatadas	6.649	6.649
Rendas de aplicações não resgatadas	(422)	(422)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(106)	(38)
Receita por competência diferida	6.668	6.668
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	533	800
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	133	72
Amortização Custo GSF Diferido	(65)	(65)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	3.281	1.440
Diferido	27	33

2024

	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	64.766	64.766
ICMS ST	(123)	(123)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	5.171	7.757
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	2.559	2.559
Outras Receitas Financeiras	491	491
Base de Cálculo Lucro Presumido	8.221	10.807
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Lucro Presumido	1.233	973

Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	798	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	2.031	973
Rendas de aplicações	(2.517)	(2.517)
Rendas de aplicações resgatadas	2.559	2.559
Rendas de aplicações não resgatadas	(42)	(42)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	(10)	(4)
Receita por competência diferida	8.101	8.101
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	648	972
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	162	87
Amortização Custo GSF Diferido	(66)	(66)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(5)	(8)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	(1)	(1)
Corrente	2.031	973
Diferido	150	83

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	366	-	-	4.642	4.317	-	-

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável.

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	445	-	-	(5.716)	(5.162)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	429	343	-	-	(1.056)	(1.136)
Companhia Energética de Minas Gerais	1	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	165	-	-	-	-	-
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.525	431	-	-	(1.475)	(2.908)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel

1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.718	23.089	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$1.718. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 15.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	63	4.744	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	671	10.634	-	-	8	447	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	4.011	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	107	75
Participação nos resultados	39	22
Previdência privada	3	5
Total	149	102

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

		2025		2024	
	Nível	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		6.440	6.440	7.940	7.940
Ativos financeiros da Concessão		192.547	192.547	186.384	186.384
Fundos Vinculados		177	177	873	873
		199.164	199.164	195.197	195.197
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	4.931	4.931	4.744	4.744
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	586	586	12.338	12.338
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	77	77	2.158	2.158
Debêntures	2	8	8	149	149
		5.602	5.602	19.389	19.389
		204.766	204.766	214.586	214.586
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	(5.602)	(5.602)	(2.973)	(2.973)
Passivo de Arrendamento	2	(215)	(215)	(287)	(287)
		(5.817)	(5.817)	(3.260)	(3.260)

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo

de caixa descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensurado a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	5.565	37	-	-	-	5.602
Passivo de Arrendamento ^(*)	9	9	95	83	98	294
TOTAL	5.574	46	95	83	98	5.896

(*) Informações apresentadas em valor nominal.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pelas Usinas de Coronel Domiciano, Joasal, Paciência e Piau. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas

devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia; e

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Os equivalentes de caixa e os valores mobiliários que não se enquadram como custo amortizado são mensurados como valor justo por meio do resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

20. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Transferência onerosa de PCH

Em 1º de abril de 2024, foi publicado edital para realização de leilão público presencial, a ser conduzido pela B3, visando à transferência onerosa do direito de exploração dos serviços de geração de energia elétrica de 1 PCHs/UHEs da Companhia, conforme segue:

Empresa/Usina	Tipo	Início da operação	Potência instalada (MW) ¹	Garantia física (MW/m) ¹	Vigência	Situação operacional	Local
Cemig Geração Sul							
UHE Marmelos	Concessão	1915	4	2,7	Janeiro, 2053	Operação	Minas Gerais

Foi realizada por meio do método do fluxo de caixa descontado, considerando as usinas de forma individualizada, e pela avaliação patrimonial dos terrenos.

Em 27 de junho de 2024, a CEMIG GT suspendeu o leilão. A suspensão ocorreu pela ausência de apresentação de propostas, conforme edital publicado. Em 23 de setembro de 2024 a controladora reavaliou o projeto, visando atender às diretrizes do seu planejamento estratégico de perseguir a otimização do portfólio de ativos, sua eficiência operacional e a alocação de capital e republicou, o leilão na B3 com previsão para realização do leilão em 05 de dezembro de 2024, conforme cronograma do Edital.

Em 5 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o leilão público na B3. O lance vencedor foi apresentado pela empresa Âmbor Hidroenergia LTDA, sendo o valor de R\$23 milhões.

Por fim, em 16 de outubro de 2025, foi concluída a transferência onerosa da usina Marmelos, pertencente à Cemig Geração Sul, para a empresa vencedora Âmbor Hidroenergia Ltda., após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Transferência Onerosa.

A movimentação do ativo imobilizado e do ativo financeiro mantidos para venda segue abaixo:

	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas e alienações (A)	Transferências (B)	Valor Bruto em 31/12/2025
Em serviço	(3.910)	3.910	-	-
Obras civis, benfeitorias e edificações	(154)	154	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	(2.847)	2.847	-	-
Máquinas e equipamentos	(909)	909	-	-
				-
Em curso	(3.075)	2.505	570	-
Total	(6.985)	6.415	-	-

	Valor bruto em 31/12/2024	Baixas e alienações (B)	Valor Bruto em 31/12/2025
Ativo financeiro			
Bonificação pela outorga	(21.821)	21.821	-
Total	(21.821)	21.821	-

Como resultado da conclusão da transação, a Companhia reconhecer os seguintes efeitos contábeis, em outubro de 2025:

Preço de transferência	23.899
(-) Saldo do ativo mantido para venda	(29.542)
Perda de capital	(5.643)

A alienação teve o objetivo de atender às diretrizes do planejamento estratégico da Companhia, que preconiza a otimização do portfólio de ativos, buscando melhorar a eficiência operacional e a alocação de capital.

Política contábil

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos imobilizados e os ativos intangíveis não são mais depreciados ou amortizados.

Atualmente, a Companhia não possui nenhum passivo classificado como mantido para venda.

Estimativas e julgamentos

São mensurados inicialmente pela menor quantia entre o valor contábil e o valor justo (calculado pelo método do fluxo de caixa descontado) líquido das despesas de venda. As despesas de vendas

são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Cemig Geração Sul S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Sul S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Sul S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas

conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Sul S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2026.

Eduardo José de Souza, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro Fiscal